

Entidade	Data do despacho de autorização	Beneficiário	Montante — Euros
DIR ICAM	1-6-2004	Real Ficção — Cinevídeo e Multimédia, L. ^{da}	31 500
DIR ICAM	7-5-2005	Real Ficção — Cinevídeo e Multimédia, L. ^{da}	1 360
DIR ICAM	10-7-2003	Região de Turismo de São Mamede	500
DIR ICAM	27-4-2005	Restarting — Formação e Animação Cultural, L. ^{da}	1 250
DIR ICAM	19-7-2005	Restarting — Formação e Animação Cultural, L. ^{da}	1 250
DIR ICAM	12-10-2005	Restarting — Formação e Animação Cultural, L. ^{da}	959,67
DIR ICAM	14-9-2005	Rita Figueiredo	394,49
DIR ICAM	13-9-2004	Rosa Filmes, Grupo de Produções Audiovisual, L. ^{da}	70 000
DIR ICAM	4-5-2005	Rosa Filmes, Grupo de Produções Audiovisual, L. ^{da}	2 000
DIR ICAM	12-10-2005	Rosa Filmes, Grupo de Produções Audiovisual, L. ^{da}	645,33
DIR ICAM	19-10-2005	Rosa Filmes, Grupo de Produções Audiovisual, L. ^{da}	12 000
DIR ICAM	2-4-2004	SOIR — Sociedade Operária de Instrução e Recreio	1 000
DIR ICAM	3-3-2005	SOIR — Sociedade Operária de Instrução e Recreio	2 500
DIR ICAM	3-6-2005	SOIR — Sociedade Operária de Instrução e Recreio	5 848,68
DIR ICAM	17-10-2005	Suma Filmes	8 000
DIR ICAM	21-11-2005	Suma Filmes	656,93
MC	30-6-2003	Take 2000 — Produção de Filmes, Unipessoal, L. ^{da}	5 000
DIR ICAM	23-5-2005	Take 2000 — Produção de Filmes, Unipessoal, L. ^{da}	182 500
DIR ICAM	3-3-2005	Tamarindo — Assoc. para a Prom. e Coop. Povos	3 000
MC	15-7-2002	Unforgiven — Prod. Audiovisual, L. ^{da}	10 000
DIR ICAM	28-5-2004	Universidade Católica Portuguesa — C. Reg. Porto	5 000
MC	30-3-2004	VIDEAMUS — Criação e Prod. Audio-Vídeo, L. ^{da}	500
DIR ICAM	1-6-2004	VIDEAMUS — Criação e Prod. Audio-Vídeo, L. ^{da}	10 000
MC	18-12-1998	Zeppelin Filmes, L. ^{da}	997,59
MC	1-8-2003	Zeppelin Filmes, L. ^{da}	2 250
DIR ICAM	19-3-2004	Zeppelin Filmes, L. ^{da}	2 027,63
DIR ICAM	1-6-2004	Zeppelin Filmes, L. ^{da}	20 000
MC	4-1-2005	Zeppelin Filmes, L. ^{da}	100 000
DIR ICAM	3-3-2005	Zero em Comportamento — Assoc. Cultural	20 000

MC — Ministro da Cultura.

DIR ICAM — direcção do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia.

6 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *José Pedro Ribeiro*.

Instituto Português de Conservação e Restauro

Aviso n.º 1232/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro do Instituto Português de Conservação e Restauro, com referência a 31 de Dezembro de 2005.

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mencionado diploma legal, o prazo de reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

18 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 2706/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 2006 do vice-presidente deste Instituto, por subdelegação:

João José Valente Martins Claro, assessor da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto — autorizado a entrar na situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos à data do despacho.

19 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Carlos Aleixo Viegas*.

Despacho (extracto) n.º 2707/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Janeiro de 2006 do vice-presidente deste Instituto, por subdelegação:

José Alberto Julinha Ribeiro, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto — autorizada a equiparação a bolseiro no País, com dispensa parcial, pelo período de um ano, a partir de 19 de Janeiro de 2006.

19 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Carlos Aleixo Viegas*.

Orquestra Nacional do Porto

Despacho (extracto) n.º 2708/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Dezembro de 2005:

Mestra Paula Cristina Abrunhosa Ferreira, técnica superior principal do quadro de pessoal da Orquestra Nacional do Porto — nomeada, em regime de comissão de serviço, pelo período de um ano, renovável por cinco, para a categoria de assessora da carreira técnica superior, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — O Director, *Jorge Vaz de Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 2709/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Dezembro de 2005:

Maria da Conceição dos Santos Pereira Gomes, chefe de secção do quadro de pessoal da Orquestra Nacional do Porto — nomeada, em regime de comissão de serviço, pelo período de um ano, renovável por cinco, para a categoria de chefe de repartição, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — O Director, *Jorge Vaz de Carvalho*.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 669/2005/T. Const. — Processo n.º 818/2005. — Acordam, em conferência, na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

1 — INTERESCRITÓRIO — Mobiliário Internacional para Escritório, S. A., apresentou *reclamação* para o Tribunal Constitucional, ao abrigo do artigo 77.º da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, aprovada pela Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro, e alterada, por último, pela Lei n.º 13-A/98, de 26 de Fevereiro [Lei do Tribunal Constitucional (LTC)], *contra o despacho* do juiz do 7.º Juízo Cível do Tribunal Cível de Lisboa de 1 de Abril de 2004 de não admissão de recurso de inconstitucionalidade por ela interposto da sentença de 8 de Setembro de 2004,